

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

**DESCONCENTRAÇÃO ESPACIAL NO SUL DO PAÍS: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS IMIGRANTES QUE SE DESTINARAM PARA AS CIDADES MÉDIAS DA REGIÃO SUL NA DÉCADA DE 80**

*Rodrigo Valente Serra*

*Boletim Gaúcho de Geografia, 25: 107-122, jun., 1999.*

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39754/26290>

---

Publicado por

**Associação dos Geógrafos Brasileiros**

---



**Portal de Periódicos**  
**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

## Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - jun, 1999

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

# DESCONCENTRAÇÃO ESPACIAL NO SUL DO PAÍS: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS IMIGRANTES QUE SE DESTINARAM PARA AS CIDADES MÉDIAS DA REGIÃO SUL NA DÉCADA DE 80

Rodrigo Valente Serra \*

## INTRODUÇÃO

Este estudo pretende interpretar os fluxos migratórios que se destinaram às cidades médias da região Sul do país, na década de 80, no que diz respeito à sua capacidade de proporcionar vantagens socioeconômicas aos imigrantes que para lá se dirigiram, quando confrontados com aqueles que se destinaram às áreas metropolitanas regionais (Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba).

A abordagem regional que aqui se faz, tem como interesse divulgar de forma mais desagregada parte dos resultados produzidos em nível nacional pelo projeto *Crescimento Econômico e Desenvolvimento Urbano*.<sup>1</sup> Este enfoque, que privilegia a região Sul, não está atrelado a nenhuma peculiaridade – do fenômeno estudado – previamente detectada nesta região do país, mas, alternativamente, procura subsidiar a compreensão da evolução do sistema urbano regional. As nossas limitações, em termos de conhecimentos mais precisos da evolução da rede urbana regional, permitem, tão somente, que façamos interpretações mais genéricas acerca dos resultados alcançados.

Se tomarmos o conjunto de cidades médias nacionais – aqui representado pelas 76 cidades não-metropolitanas e não-capitais, com população, em 1991, entre 100 mil e 500 mil habitantes – verifica-se que estas experimentaram na década de 80 uma taxa anual média de crescimento (3,13%) significativamente superior àquela apresentada pela população metropolitana nacional (1,98%).<sup>2</sup> Tal dinamismo certamente não pode ser fundamentado apenas no crescimento vegetativo destas cida-

---

<sup>1</sup> Este projeto vem sendo desenvolvido na Diretoria de pesquisa do IPEA pelo Núcleo de Estudos e Modelos Espaciais Sistêmicos – Nemesis, sob a coordenação do Prof. Thompson Almeida Andrade e com apoio do MCT/Finep – CNPq/Pronex, contando com a participação dos estagiários Gheisa Roberto Telles Esteves (estudante de economia da UERJ) e Denis Paulo dos Santos (estudante da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE).

<sup>2</sup> Para uma análise da evolução demográfica das cidades médias nos últimos vinte e cinco anos ver Andrade e Serra (1998).

des, fato que destaca a importância dos fluxos imigratórios como componente do crescimento urbano experimentado por estes centros. É sobre este contingente formado pelos imigrantes que chegaram às cidades médias do país na década de 80, que converge o interesse da pesquisa – feita em nível nacional – a qual ensejou a realização deste trabalho, cujo enfoque está restrito à Região Sul do país.

Embora não seja possível associar o desempenho econômico e populacional do conjunto de cidades médias com políticas regionais coordenadas em nível federal ou estadual, certo é que o seu ritmo de crescimento atendeu aos objetivos, explicitados na década de 70, de desconcentração espacial da renda e da consolidação de uma rede urbana mais equilibrada.<sup>3</sup>

De uma forma genérica, as propostas e políticas para o desenvolvimento urbano que defendiam a premência de investimentos nas cidades médias, vinculavam-se aos seguintes objetivos:

1. O crescimento das cidades médias era visto como positivo – e até certo ponto emergencial – para a desaceleração do ritmo de crescimento das metrópoles nacionais e regionais;
2. Para além das intenções de atenuar o crescimento das regiões metropolitanas, os investimentos nas cidades médias eram vistos como fundamentais para a distribuição espacial da riqueza nacional. Uma distribuição que, calcada em centros urbanos dotados dos fatores necessários ao desenvolvimento eficiente de atividades dinâmicas, possibilitaria convergir os interesses de equidade distributiva e manutenção de um ritmo de crescimento econômico acelerado;
3. O crescimento e multiplicação das cidades médias também podem ser lidos como respostas aos objetivos de ocupação territorial. As cidades médias, funcionando como pólos dinamizadores regionais, possibilitariam também a convergência dos interesses em integrar o território e ocupar as fronteiras nacionais.

Pode ser argumentado que estes objetivos atrelavam-se a resultados agregados para o desenvolvimento econômico nacional, senão vejamos: frear o crescimento das metrópoles e dinamizar áreas do interior, para além da preocupação com a qualidade de vida dos habitantes metropolitanos, são objetivos vinculados à busca de maior eficiência produtiva, uma vez que nas cidades médias não se verificariam as *deseconomias de aglomeração* reinantes nos grandes centros urbanos do país; por outro lado, a ocupação do território é explicitamente uma estratégia de desenvolvimento de âmbito nacional, sobretudo quando se alude a dimensão continental do país e os grandes vazios populacionais presentes em seu território.

Neste trabalho propomos uma inversão do olhar sobre as cidades médias. O investimento nas cidades médias é interpretado como gerador (ou não) de benefícios (socioeconômicos) para os imigrantes que para lá se dirigiram, quando confrontados

<sup>3</sup> Um sistema urbano mais equilibrado pode ser entendido como possuindo uma hierarquização da rede de cidades mais próxima ao tipo “rank-size” ou “log normal”.

com a situação dos imigrantes que se destinaram às metrópoles. Em outros termos, procura-se saber até que ponto o crescimento das cidades médias foi eficiente – não devido à potencialidade de gerar um maior nível de eficiência econômica agregada – mas sim no sentido de proporcionar vantagens aos imigrantes que para lá se dirigiram.

O estudo utiliza-se de dados do último Censo Demográfico (1991), fato que sugere cuidados especiais quanto à sua validade diante da conjuntura atual, decorridos oito anos. Contudo, em que pese a defasagem temporal dos seus resultados, este estudo parece oportuno diante de um possível quadro de reconcentração (ou de atenuação do processo de desconcentração espacial da riqueza nacional) sugerido pela recente literatura pertinente ao tema,<sup>4</sup> e, de certa forma, ratificado pelos resultados da Contagem Populacional de 1996.<sup>5</sup>

Ora, se evidências recentes vierem confirmar este processo de reconcentração espacial, é provável que os investimentos nas cidades médias sejam *relembrados* pelos pesquisadores e planejadores públicos como políticas prioritárias para os rumos do desenvolvimento urbano nacional. Sendo este o caso, parece-nos, de extrema importância que estas políticas possam ter como subsídio – e um argumento adicional – uma análise relativamente recente que mostre o grau de adaptação dos imigrantes nestas cidades em confronto com os imigrantes que se dirigiram às metrópoles. Este estudo pretende anteceder eventuais propostas de dinamização das cidades médias procurando responder a seguinte indagação: Foi benéfico para os imigrantes (em termos relativos) o fato de terem se dirigido às cidades médias?

#### **O PAPEL ESTRATÉGICO DAS CIDADES MÉDIAS NO PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO ESPACIAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E DA POPULAÇÃO BRASILEIRA**

Em 1970, quando 44% da população urbana brasileira concentrava-se nos oito maiores centros urbanos do país, revelava-se a importância das cidades médias para reversão do quadro de concentração espacial da população e das atividades econômicas. Tal importância, em parte, foi alimentada pela tese da “reversão da polarização”, difundida na década de 70 por Richardson,<sup>6</sup> e consubstanciada pelas evidências empíricas observadas nos países desenvolvidos.

<sup>4</sup> No contexto socioeconômico atual, os imbricados processos de *reestruturação produtiva*, *mundialização dos mercados* e *diminuição do Estado* parecem ter implicações sobre a espacialização das atividades econômicas ainda pouco discutidas e/ou evidenciadas. Neste cenário de incertezas, sobre os rumos do desenvolvimento urbano nacional, parece pertinente o conhecimento da experiência recente de crescimento das cidades médias, para permitir uma avaliação quantitativa e qualitativa de sua importância para o processo de desconcentração populacional e econômica, e balizar o debate acerca da continuidade de seu papel estratégico neste processo.

<sup>5</sup> A Contagem Populacional de 1996 mostra que o crescimento populacional observado para o conjunto das regiões metropolitanas do país (excluindo-se Vitória) volta a experimentar um ritmo superior ao ritmo de crescimento nacional.

<sup>6</sup> Para uma síntese da tese da reversão do processo de polarização de Richardson ver Rizzieri (1982).



De acordo com a tese da reversão da polarização, a metropolização seria um fenômeno comum ao estágio de consolidação da estrutura produtiva dos países em desenvolvimento. Contudo, o próprio desenvolvimento econômico destes países daria início a um mecanismo automático de desconcentração das atividades econômicas em direção às cidades de porte médio. Este processo automático teria como fundamento os custos – sociais e privados – proibitivos para o desenvolvimento de certas atividades econômicas nas saturadas metrópoles. Tais custos, identificados pela literatura econômica como *deseconomias de aglomeração*, traduzem os efeitos negativos atrelados à alta concentração de atividades nas metrópoles, entre os quais podem ser lembrados: a poluição atmosférica, o tempo desperdiçado nos congestionamentos, a elevação dos aluguéis e a saturação da infra-estrutura produtiva e dos serviços ligados mais diretamente à saúde dos moradores metropolitanos.

No Brasil, a realização de alguns estudos empíricos<sup>7</sup> evidenciaram que, já na década de 70, poderia ser percebido o fenômeno da *reversão da polarização*. Nesta mesma década ocorria um espraiamento industrial para quase todos os estados brasileiros, valorizando o interior do Estado de São Paulo como palco de novas localizações industriais. Já na década de 80, deve ser dada atenção a um movimento de reconcentração da indústria nacional, na faixa que vai da região central de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul, sendo que no interior desta faixa seria possível perceber um melhor distribuição espacial da indústria (Diniz, 1993).

Obviamente que a saturação das metrópoles, e o conseqüente surgimento das *deseconomias de aglomeração*, não são fatores suficientes para engendrar o processo de *reversão da polarização*. Foi preciso que, para além dos centros metropolitanos, houvesse espaços alternativos à localização das firmas, ou seja, centros urbanos dotados da infra-estrutura necessária para o desenvolvimento de atividades dinâmicas e para o escoamento de sua produção em direção aos mercados consumidores.

Como a desconcentração espacial exigia que os centros não-metropolitanos fossem providos de infra-estrutura produtiva, as cidades médias ganhavam destaque também como possíveis alvos de políticas públicas, em muitos dos estudos que, na década de 70, vinculavam-se ao problema da concentração espacial da população e das atividades econômicas num país em processo de industrialização.

Tomando as cidades médias como alvos de políticas de desconcentração espacial, deve ser destacado o papel estratégico deste conjunto de cidades diante da clássica oposição entre as políticas de desenvolvimento econômico orientadas pelo princípio da *eficiência* e àquelas voltadas para uma maior *equidade* na repartição espacial da riqueza nacional.

De forma genérica, as políticas orientadas pelo princípio da eficiência econômica tendem a possuir um caráter espacialmente concentrador. Isto explica-se em função dos maiores níveis de produtividade que ocorrem nos grandes centros urbanos, propiciando

---

<sup>7</sup> O trabalho de Azonni (1986) constitui-se referência básica para aqueles interessados em conhecer a versão brasileira do processo de reversão da polarização.

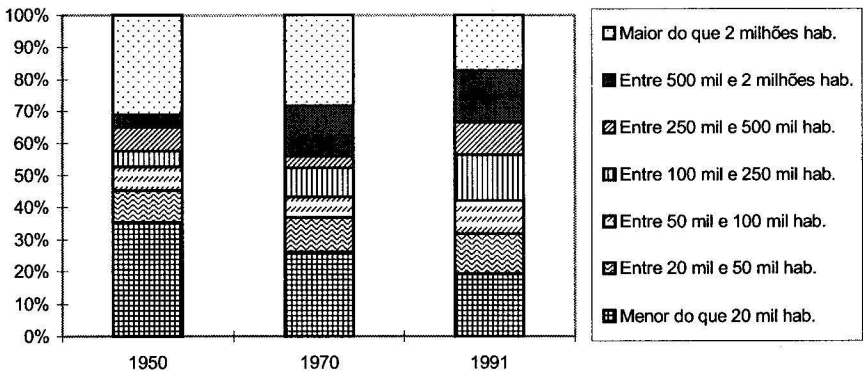
maior competitividade aos bens ali produzidos. Esta maior produtividade, dá-se, entre outros fatores, pela maior e melhor oferta de infra-estrutura produtiva, pela existência de mão-de-obra qualificada e pela escala do mercado que ocorre nos centros de maior porte.

Em sentido inverso, as políticas de desenvolvimento orientadas pelo princípio da equidade são capazes de distribuir espacialmente a riqueza nacional – através dos investimentos diretos estatais, subsídios e outros incentivos – justamente por desvencilharem-se de resultados estritamente competitivos.<sup>8</sup>

O papel estratégico das cidades médias consistia justamente na possibilidade de convergir ambos objetivos, ou seja, a partir da interpretação de que a elevação da participação destas cidades na distribuição do produto nacional poderia combinar as necessidades de distribuir espacialmente a riqueza nacional<sup>9</sup> e de buscar níveis de produtividade compatíveis com um ritmo acelerado de crescimento econômico.

Um olhar retrospectivo para as quatro últimas décadas, não obstante confirme a distribuição concentrada da população urbana brasileira, aponta para uma tendência bem marcante do papel das cidades médias no crescimento demográfico do país. Nesse aspecto, o Gráfico 1 é bem ilustrativo ao demonstrar o achatamento crescente das extremidades das barras populacionais. As cidades intermediárias (entre 50 mil e 500 mil habitantes), que em 1970 detinham 19,1% da população urbana nacional, passaram em 1991 a agrupar quase 1/3 desta mesma população.

**GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO URBANA, SEGUNDO AS CLASSES DE TAMANHO DOS CENTROS URBANOS – 1950/91**



FONTE: IBGE, CENSOS DEMOGRÁFICOS: 1950, 1970 E 1991.

<sup>8</sup> Na verdade, sejam em economias capitalistas ou socialistas, dificilmente encontram-se políticas de desenvolvimento plenamente orientadas por um desses princípios. O que se encontra na prática são ações governamentais híbridas, conjugando, com maior ou menor equilíbrio, ambas as orientações para a política de desenvolvimento nacional.

<sup>9</sup> Não se pretende minimizar a importância da distribuição social da renda como requisito para o desenvolvimento nacional. Entretanto, a distribuição social da renda requer a utilização de um instrumental político que não será abordado neste estudo.

**BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DO SISTEMA URBANO NA REGIÃO SUL DO PAÍS NO PERÍODO 1970/91**

Grande parte dos estudos sobre o desenvolvimento do sistema urbano nacional fundamenta-se, exclusivamente, na análise das classes de tamanho de cidade, tal como foi feito na segunda seção deste trabalho. Esse recurso analítico, deve-se reconhecer, peca por não acompanhar o desempenho demográfico das cidades que, entre períodos censitários, mudam de classe de tamanho. Diante de tal deficiência, faz-se neste estudo um esforço de complementação analítica do sistema urbano regional, durante o período 1970/91, acompanhando um conjunto fechado de cidades médias, isto é, aquelas cidades que, em 1991, possuíam população entre 100 mil e 500 mil habitantes<sup>10</sup> e que, complementarmente, não faziam parte de regiões metropolitanas e não cumpriam a função de capital estadual.

Durante o período 1970/91 as 76 cidades médias brasileiras observaram um ritmo de crescimento cerca de 1% a.a. superior aquele verificado para as 9 regiões metropolitanas nacionais institucionalizadas (Tabela 1). Na região Sul, neste mesmo período, as cidades médias também experimentaram um ritmo mais acelerado de crescimento, quando comparadas com as metrópoles regionais (Curitiba e Porto Alegre), contudo, esta diferença em favor das cidades médias foi de apenas 0,4% ao ano. O grande responsável para este resultado foi o desempenho demográfico da Região Metropolitana de Porto Alegre na década de 80 (2,6% a.a.), acima do conjunto das metrópoles nacionais (1,98% a.a.) e do próprio ritmo de crescimento das cidades médias do Estado (2,34% a.a.).

É relevante o resultado encontrado para as cidades médias gaúchas. Em conjunto, são as únicas que, durante o período 1970/91, experimentaram um desempenho demográfico (2,77% a.a.) inferior à média urbana nacional (3,67% a.a.). Entre estas cidades (Caxias do Sul, Pelotas/Rio Grande, Santa Maria, Uruguaiana e Passo Fundo) percebe-se uma nítida diferenciação regional: Caxias do Sul, sob influência da Região Metropolitana de Porto Alegre, foi também a única que apresentou crescimento urbano (4,1% a.a.) superior à média nacional.

Se é verdade que no interior da região Sul o crescimento demográfico das cidades médias não foi tão importante para a desconcentração metropolitana – quando comparado com o conjunto nacional – por outro lado, é preciso destacar que esta mesma região, já em 1970, apresentava uma distribuição espacial de sua população mais equilibrada do que a média nacional. Pode ser observado na Tabela 1 que cerca de 45% da população urbana nacional de 1970 habitavam as regiões metropolitanas do país, enquanto, na região Sul, as duas metrópoles regionais detinham 38% da população urbana regional.

Este melhor equilíbrio na distribuição espacial da população da região Sul, pode ser também demonstrado através da maior importância das cidades médias

---

<sup>10</sup> A lista das cidades pertencentes à Região Sul pode ser vista no *anexo estatístico*.

na distribuição total da população regional: as cidades médias da região Sul detinham, em 1970, 21% da população urbana total, enquanto, tomado o conjunto nacional, a população residente em cidades médias não alcançava 14% do total.

Certamente que a tipologia da rede urbana de Santa Catarina tem importância fundamental para este relativamente melhor equilíbrio espacial na distribuição da população regional. Neste Estado, de forma exclusiva, não existe a figura de um centro urbano polarizador das atividades econômicas, embora possa ser argumentado que os núcleos urbanos mais dinâmicos concentram-se na faixa litorânea desta Unidade da Federação.

Quando confrontamos as taxas anuais de crescimento urbano, tanto das metrópoles como das cidades médias regionais com o ritmo de crescimento do país (rural + urbano) durante a década de 80 (1,9% a.a.), fica evidente a importância do componente migratório para explicar a dinâmica de crescimento dos centros urbanos desta região. Não se poderia supor que o ritmo mais acelerado de crescimento dos centros urbanos regionais fosse resultado exclusivo de taxas de fecundidade e mortalidade diferenciadas. Aliás, as taxas de fecundidade vigentes na região Sul e Sudeste durante os anos 80, foram as menores verificadas no país.

TABELA 1 – TAXAS ANUAIS MÉDIAS DE CRESCIMENTO:  
BRASIL E REGIÃO SUL, 1970, 80 E 1991

Regiões e Recortes Espaciais	População Urbana*			Taxas Anuais Médias de Crescimento		
	1970	1980	1991	1970/80	1980/91	1970/91
<b>Brasil</b>	52.084.984	80.436.409	110.990.990	4,44%	2,97%	3,67%
Regiões Metropolitanas	23.574.038	34.392.315	42.670.248	3,85%	1,98%	2,87%
Cidades Médias	7.194.343	11.540.885	16.202.032	4,84%	3,13%	3,94%
<b>Região Sul</b>	7.303.427	11.877.739	16.403.032	4,98%	2,98%	3,93%
RM's de Porto Alegre e Curitiba	2.401.161	3.728.846	5.032.208	4,50%	2,76%	3,59%
Cidades Médias	1.541.904	2.488.709	3.529.939	4,90%	3,23%	4,02%
<b>Paraná</b>	2.504.378	4.472.561	6.197.953	5,97%	3,01%	4,41%
RM Curitiba	821.233	1.440.626	1.998.807	5,78%	3,02%	4,33%
Cidades Médias	475.074	915.554	1.322.976	6,78%	3,40%	5,00%
<b>Santa Catarina</b>	1.246.043	2.154.238	3.208.537	5,63%	3,69%	4,61%
Cidades Médias	421.952	686.201	1.062.423	4,98%	4,05%	4,50%
<b>Rio Grande do Sul</b>	3.553.006	5.250.940	6.996.542	3,98%	2,64%	3,28%
RM Porto Alegre	1.579.928	2.288.220	3.033.401	3,77%	2,60%	3,15%
Cidades Médias	644.878	886.954	1.144.540	3,24%	2,34%	2,77%

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS IBGE: 1970, 80 E 1991 E BREMAEKER (1997).  
\* TODOS OS MORADORES DAS REGIÕES METROPOLITANAS FORAM CONSIDERADOS URBANOS.

### PERFIL INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES

Nesta seção atingimos o objetivo central do estudo, qual seja, o de avaliar se os imigrantes que se destinaram às cidades médias regionais na década de 80, experimentaram um *melhor nível de integração socioeconômica* do que aqueles que se dirigiram para as áreas metropolitanas regionais.

Obviamente que a presente abordagem enfrenta limites. Em primeiro lugar, o conjunto de informações necessárias a uma ampla compreensão do grau de integração dos imigrantes não corresponde ao conjunto de informações disponíveis. Neste aspecto, pode ser argumentado que fatores subjetivos – tais como a opção de morar em uma cidade menor, mesmo que isto resulte em rendas monetárias inferiores – deixarão de ser incorporados. Em segundo lugar, devido aos custos (tempo e recursos) implícitos na sistematização do universo de informações disponíveis, este estudo se atém a um conjunto limitado de variáveis, as quais consideramos de extrema importância para os nossos propósitos. Por fim, as informações levantadas para os imigrantes referem-se a unidade espacial *município*, o que não é perfeitamente compatível com a abordagem feita nas seções iniciais deste trabalho, restritas ao *espaço* urbano. Contudo, dois argumentos podem ser levantados em defesa da validade destes dados municipais (e não exclusivamente restritos aos centros urbanos): i) o fato das taxas de urbanização destes municípios serem altas<sup>11</sup> – o que aproxima as informações municipais das informações restritas à população urbana; ii) o fato dos fluxos migratórios serem em sua grande maioria do tipo urbano-urbano<sup>12</sup> – o que aproxima as informações referentes aos imigrantes totais (que habitam áreas urbanas e rurais nos municípios receptores) daquelas referentes aos imigrantes urbanos.

#### Fontes e Tratamento das Informações

Para montar o *perfil integração* dos imigrantes, selecionamos dois conjuntos de variáveis. O primeiro refere-se mais estritamente à situação econômica, sendo constituído de informações (retiradas do Censo 1991) que dizem respeito à taxa de ocupação dos imigrantes (Pessoal Ocupado / População Economicamente Ativa), ao grau de informalidade nas relações de trabalho (Posse de Carteira de Traba-

<sup>11</sup> Com exceção de Guarapuava, cuja taxa de urbanização (População Urbana / População Total) era de 62% em 1991, os demais municípios em análise têm sempre taxas de urbanização superiores a 88%.

<sup>12</sup> Segundo da Matta et alli (1973) durante a década de 60, 50% de todo o fluxo migratório nacional era do tipo urbano-urbano, 26% eram rurais-rurais, 19% correspondiam aos fluxos rurais-urbanos e 5% classificavam-se como urbanos-rurais. Ou seja, em 1960, cerca de 70% dos fluxos migratórios destinavam-se a área urbana. É bastante razoável acreditar que com a aceleração do processo de urbanização ocorrido no país após esta década, e o consequente esvaziamento das áreas rurais, este tipo de migração tenha elevado significativamente sua participação na década de 80.

lho / Pessoal Ocupado) e a renda percebida por estes imigrantes (distribuição dos imigrantes segundo classes de renda).<sup>13</sup>

O segundo conjunto, passa a incorporar informações referentes às condições de vida dos moradores destas cidades, e tem como variável resumo os Índices Municipais de Desenvolvimento Humano (IDH-M) calculados para 1991 pelo convênio PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro/IBGE (1998). Este índice é composto por variáveis que retratam aspectos relevantes da qualidade de vida oferecida nos municípios em análise: esperança de vida ao nascer, taxa de mortalidade infantil, nível educacional, condição de vida das crianças, renda per capita, distribuição de renda, proporção de pobres e aspectos referentes às características das habitações. A utilização deste índice requer duas importantes ressalvas: i) não é restrito aos imigrantes, mas sim ao conjunto da população municipal; ii) inclui a variável renda *per capita*, o que implica numa dupla contagem desta variável na análise do *perfil integração*, já que a renda dos imigrantes constitui parte integrante do primeiro conjunto de variáveis apresentadas.

Antes de passarmos a apresentação e análise dos dados, resta esclarecer que as informações levantadas para o confronto do *perfil integração* (exclusive o IDH-M) referem-se ao conjunto dos imigrantes mais recentes, isto é, aqueles que chegaram aos municípios entre os anos de 1986 e 1991. Tal fato pretendeu minimizar o viés implícito a uma análise que procura comparar a situação socioeconômica de indivíduos com diferentes anos de residência nos municípios receptores. É bastante plausível supor, *a priori*, que os imigrantes mais antigos tendem a possuir um maior grau de integração do que os mais recentes. Assim, ao restringir o período de análise para os últimos cinco anos da década, diminui-se a possibilidade de realizar-se uma comparação de contingentes populacionais bastante heterogêneos em termos de tempo de residência nos municípios receptores.

#### **Confrontando a Situação Socioeconômica entre os Imigrantes das Cidades Médias e das Regiões Metropolitanas<sup>14</sup>**

Durante o período 1980/91, se, por um lado, é verdade que em termos relativos as cidades médias da Região Sul cresceram em ritmo mais acelerado do que as metrópoles regionais, é também verdade que, em termos absolutos, as duas metrópoles receberam no período 1986/91 quase o mesmo contingente de imigrantes (369.000) do que o conjunto das 17 cidades médias regionais (368.000). Tal evidência mostra que, apesar de ser possível perceber um processo de desconcentração espacial no sul do país, a rede urbana regional encontra-se ainda bastante polarizada em suas metrópoles regionais.

<sup>13</sup> É importante salientar que a obtenção de maiores rendas monetárias pelos imigrantes que se destinaram às metrópoles – *vis a vis* àqueles que chegaram às cidades médias – não necessariamente representam rendas reais mais elevadas, isto devido as diferenças no custo de vida entre estas unidades espaciais de análise.

<sup>14</sup> As informações que serviram de base para o desenvolvimento desta seção constam do *anexo estatístico*.

Para os objetivos propostos, a coincidência entre o número de imigrantes recentes residentes nas cidades médias e nas metrópoles traz uma vantagem a análise comparativa, qual seja, a de confrontar fenômenos da mesma magnitude.

A primeira indagação que se procura fazer, neste exercício de confronto, refere-se ao nível de ocupação dos imigrantes recentes. Para isto procurou-se comparar as taxas de ocupação deste contingente populacional encontradas nas cidades médias e nas regiões metropolitanas. Esta taxa foi medida através da razão entre o Pessoal Ocupado e a População Economicamente Ativa, o que, em outros termos, permite conhecer dentre aqueles dispostos a trabalhar, quantos estão efetivamente trabalhando.

Não foi possível encontrar diferenças significativas entre a taxa de ocupação dos imigrantes residentes nas cidades médias (95,75%) e nas metrópoles (95,41%). A amplitude observada para esta variável é relativamente pequena, tendo como limite inferior a cidade de Joinvile (92,75) e como limite superior a cidade de Uruguaiana (97,64%).

Observando as taxas de crescimento anuais destas duas cidades limites – ou a razão que mede a importância do contingente migratório relativamente a população de 1980 – é possível classificar Joinvile como pertencente ao grupo das mais dinâmicas, e Uruguaiana como integrante do conjunto de menor dinamismo demográfico. Isto pode estar sugerindo: i) que cidades de crescimento demográfico acelerado na década não lograram oferecer emprego ao contingente de imigrantes que para lá se dirigiram – o que evidencia a defasagem temporal existente entre o ritmo de crescimento econômico e as informações sobre oportunidades ofertadas; ii) que o crescimento econômico de algumas cidades (como Joinvile) efetivou-se a partir da dinamização de setores mais intensivos em capital, ou seja, poupadores de mão-de-obra.

No concernente ao nível de integração no mercado formal de trabalho, buscamos construir a análise comparativa a partir da razão entre o *peessoal ocupado*<sup>15</sup> com carteira assinada e o *peessoal ocupado total*. Neste aspecto, a situação dos imigrantes residentes nas regiões metropolitanas parece ser favorável: nestas, 78,8% dos empregados tinham carteira assinada, já nas cidades médias, este percentual era de 72,6%.

Ainda quanto à posse de carteira assinada, procurou-se buscar a ocorrência de correlação entre a proporção de imigrantes de origem rural, em cada uma das unidades espaciais de análise, e o nível de formalidade do emprego. Surpreendentemente esta correlação mostrou-se positiva,<sup>16</sup> indicando que quanto maior

<sup>15</sup> Para o cálculo desta razão utilizou-se o pessoal ocupado na condição de empregado (isto é, excluindo-se os empregadores, os conta-própria e os autônomos)

<sup>16</sup> A correlação encontrada foi de 0,41, significativa a 1%.



o contingente de imigrantes rurais maior o nível de formalidade do trabalho. Na hipótese desta não ser uma correlação espúria, causa estranhamento o resultado encontrado, na medida em que, de acordo com o senso comum, imagina-se que os trabalhadores de origem rural, por estarem menos protegidos pela legislação trabalhista, seriam menos resistentes às relações de trabalho informais.

Evitando arriscar hipóteses explicativas para a questão do emprego formal, pode-se, alternativamente, interpretar este resultado como um direcionamento mais *racional* dos fluxos migratórios rurais-urbanos, do que aqueles urbanos-urbanos. Ou seja, pelo menos em termos de formalização das relações de trabalho, os imigrantes rurais, de uma forma geral, se dirigiram para os centros que ofereceram maior proteção aos imigrantes.

Para a análise comparativa das rendas auferidas pelos imigrantes, procurou-se resumir as informações sistematizadas – constantes do *anexo estatístico* – através do Gráfico 2. Vislumbra-se neste gráfico que as cidades médias regionais, em conjunto, apresentaram uma distribuição de renda mais favorável aos imigrantes recentes do que a regiões metropolitanas. A parcela dos imigrantes ocupados nas cidades médias com renda até dois salários mínimos<sup>17</sup> (53,1%) é inferior a parcela verificada nas regiões metropolitanas (56,6%). No outro extremo, enquanto 17,0% dos imigrantes ocupados percebiam rendas acima de 5 salários mínimos, nas regiões metropolitanas estes imigrantes representavam 14,6% do total. Tais diferenças poderiam ser ampliadas caso fosse levado em consideração as diferenças entre os custos de vida destas unidades espaciais. Ou seja, tendo em vista o fato do custo de vida ser geralmente mais elevado nas regiões metropolitanas (ex: aluguéis), estas rendas, em termos reais, poderiam ser ainda mais diferentes, em favor dos imigrantes que se dirigiram para as cidades médias.

O Gráfico 2 também mostra que existem diferenças<sup>18</sup> significativas entre as unidades espaciais de análise no que se refere a distribuição dos imigrantes ocupados segundo a classe de rendimento. As cidades médias do Estado do Paraná, em posição desfavorável, possivelmente têm seus resultados vinculados ao peso dos imigrantes de origem rural.<sup>19</sup> É bastante plausível argumentar que os imigrantes rurais possuem um nível de qualificação (educação formal e qualidades culturais distintas) inferior aos imigrantes urbanos, o que os colocam em posição desfavorável no mercado de trabalho.

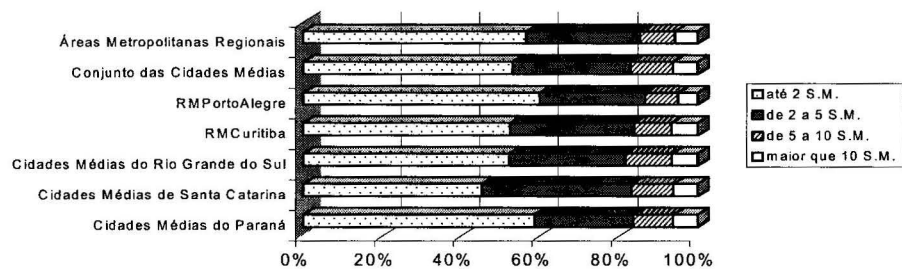
<sup>17</sup> Esta classe inclui o pessoal ocupado sem rendimento (por exemplo, empregados em atividades familiares sem rendimento).

<sup>18</sup> As diferenças são também significativas entre as cidades, o que pode ser observado no *anexo estatístico*.

<sup>19</sup> Encontrou-se correlação positiva (0,42) entre o tamanho da classe inferior de renda (até 2 s.m.) e a proporção de imigrantes rurais no total de imigrantes das unidades de análise. Isto é, de uma forma geral, a proporção de imigrantes pobres cresce com o peso dos imigrantes rurais das unidades espaciais.

Finalmente, são abordadas as diferenças dos Índices Municipais de Desenvolvimento Humano de 1991 entre as unidades espaciais em confronto. Deve ser lembrado, contudo, que este índice não se atém a situação dos imigrantes, mas sim ao total da população destas unidades. A hipótese – bastante rigorosa – que, portanto, estaremos assumindo, para que esta abordagem tenha validade, é a de que os imigrantes recentes beneficiaram-se dos atributos (utilizados para o cálculo do IDH-M) vigentes nos municípios (ou regiões metropolitanas) em que residiam da mesma forma que a média dos moradores.

**GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES RECENTES, SEGUNDO A CLASSE DE RENDA DE 1991 (EM SAL. MIN.)**

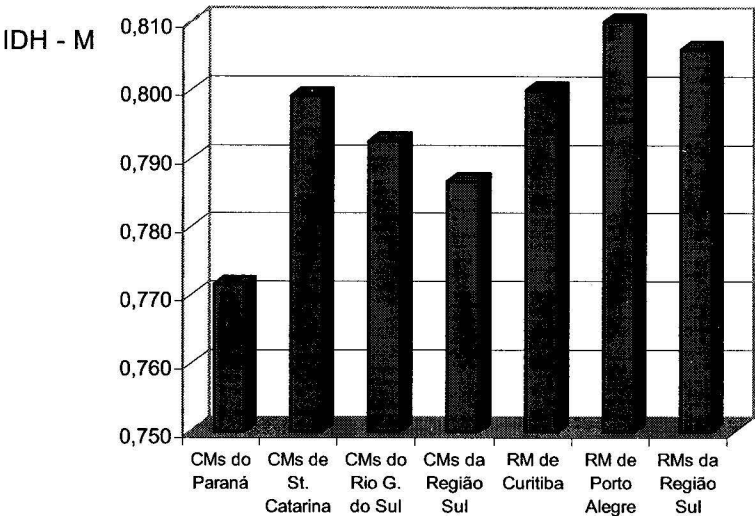


FONTE: TABULAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DOS DADOS: IBGE – CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1980 E 1991.

O Gráfico 3 mostra que neste aspecto as regiões metropolitanas (RMs) estão em posição favorável ao conjunto das cidades médias (CMs). Em conjunto, as regiões metropolitanas alcançaram um IDH-M de 0,806, o que supera o IDH-M do conjunto das cidades médias em análise, o qual foi calculado em 0,787. Ambos os resultados, deve ser lembrado, superam tanto o índice para o Brasil (0,742) como o da própria região Sul (0,777).

Como anteriormente foi verificado, os imigrantes que se dirigiram às regiões metropolitanas observaram, em termos de renda, uma posição desfavorável quando comparados àqueles imigrantes residentes nas cidades médias. Contudo, como sabemos, as possibilidades de obter maiores rendas não traduzem a totalidade das motivações que levam os imigrantes a escolher o destino de seus deslocamentos. Neste aspecto, utilizando-se das informações constantes do Gráfico 3, pode ser argumentado que uma melhor oferta de serviços públicos (rede hospitalar, educacional, infra-estrutura sanitária) nas áreas metropolitanas, acabaram por determinar valores mais elevados para outros indicadores também integrantes do cálculo do IDH-M, tais como: taxa de mortalidade infantil, nível educacional, condição de vida das crianças, características das habitações. Estes indicadores sociais, mais elevados nas áreas metropolitanas, podem, portanto, também ser interpretados como fatores de atração de fluxos migratórios.

GRÁFICO 3 – ÍNDICE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (1991)  
CALCULADO PARA AS UNIDADES ESPACIAIS EM ESTUDO



FONTE: IDH-M CALCULADO PELO CONVÊNIO PNUD/IPEA/FJP/IBGE.

CONCLUSÕES

Muitos estudos têm buscado uma racionalidade dos fluxos migratórios sob o ponto de vista macroeconômico, onde, fundamentalmente, os deslocamentos espaciais da mão-de-obra apareceriam como determinantes para equalização dos salários, regionalmente diferenciados, contribuindo, portanto, para a eficiência do processo produtivo. Neste trabalho procuramos compreender a racionalidade dos movimentos migratórios sob o ponto de vista individual, isto é, com interesse nos benefícios socioeconômicos internalizados pelo imigrante.

Acreditando que, diante de um processo de reconcentração espacial (ou arrefecimento do processo de desconcentração), as cidades médias serão *relembradas* como alvos estratégicos para eventuais propostas ou políticas públicas, este trabalho procurou, em nível regional, averiguar se a história recente foi capaz de confirmar se houve vantagens para os imigrantes que escolheram as cidades médias como destino, quando comparados com aqueles que se dirigiram às metrópoles.

Em que pese as omissões deste trabalho, em termos de limitação das variáveis utilizadas e de suas interpretações, o resultado final parece indicar uma aproximação entre a situação dos dois grupos de imigrantes. É claro que o peso atribuído por cada leitor às variáveis aqui estudadas poderão resultar em diferentes interpretações. A nossa é a de que *não é possível* argumentar que na década de 80, na

Região Sul, os imigrantes que se destinaram às cidades médias desfrutaram de maiores benefícios socioeconômicos do que aqueles que se dirigiram para as áreas metropolitanas regionais.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, T. A., Lodder, C.A. *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. IPEA – Coleção Relatórios de Pesquisa, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.
- ANDRADE, T. A., Serra, R. V. *O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro*. Rio de Janeiro, IPEA, Texto para Discussão 554, 1998.
- AZZONI, C.R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. Fipe/USP, São Paulo, 1986.
- AZZONI, C.R., FERREIRA, D. *Competitividade regional e reconcentração industrial: o futuro das desigualdades regionais no Brasil*. Trabalho desenvolvido no âmbito do NEMESIS (MCT/Finep/CNPq/Pronex). São Paulo: Mimeo, 1997.
- BREMAEKER, François E. J. Os municípios das regiões metropolitanas segundo a divisão territorial de 1997. In: *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, v. 44, nº 220, p. 73-92, jan./mar. 1997.
- CAMARANO, Ana Amélia et alli. *A dinâmica demográfica recente da Região Nordeste*. IPEA. Mimeo, 1997.
- Da MATA, Milton. *Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos*. Coleção Relatórios de Pesquisa nº 19. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.
- DINIZ, C. C., CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 6, n. 1, jul. 1996.
- DINIZ, C. C., *Estudo da competitividade da indústria brasileira: competitividade industrial e desenvolvimento regional no Brasil*. IEI/Unicamp, IEI/UFRJ, Funcex, 1993, mimeo.
- MARTINE, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. IPEA, jan.1994 (Texto para Discussão, 329).
- MARTINE, George, WONG, Laura. *Projeto Áridas: uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Nordeste*. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, Brasília. Mimeo, 1994.
- MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.12 num. 1-2, jan/dez 1995. NEPO/UNICAMP, Campinas, SP.
- PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro/IBGE. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. CD-Rom. Rio de Janeiro, 1998.
- RIZZIERI, Juarez A.B. *Desenvolvimento econômico e urbanização*. São Paulo. IPE/USP. 1982.
- SALES, Teresa. *Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul*. Mimeo, 17 p., ABEP, 1996.

---

\* Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e assistente de pesquisa na Dipes/IPEA.

Unidades Espaciais de Análise	População 1980		População 1991		Tx. Anual de crescimento urbano 80/91	Total de Imigrantes		Imigrantes no período 1981/91	
	Total	Urbana	Total	Urbana		81/91	86/91	Imigrantes /pop. 80 (%)	Imigrantes Rurais/Imigrantes Total (%)
Cascavel	163 459	123 698	192 990	177 766	3,35	50 348	29 438	49,00	32,29
Foz do Iguaçu	136 321	101 330	190 123	186 385	5,70	52 429	30 578	67,00	28,31
Guarapuava	158 587	89 951	159 634	116 210	2,36	19 650	12 453	34,00	48,74
Londrina	301 711	266 940	390 100	366 676	2,93	73 773	44 513	33,00	25,94
Maringá	168 239	160 689	240 292	234 079	3,48	64 364	39 952	47,00	22,43
Ponta Grossa	186 647	172 946	233 984	221 671	2,28	27 273	15 763	19,00	31,34
<b>Total do Paraná</b>	<b>1 114 964</b>	<b>915 554</b>	<b>1 407 123</b>	<b>1 302 787</b>	<b>3,26</b>	<b>287 836</b>	<b>172 698</b>	<b>25,82</b>	<b>24,38</b>
Blumenau	157 258	146 001	212 025	186 237	2,24	35 010	21 132	28,00	32,55
Criciúma	110 604	96 332	146 320	132 313	2,93	23 032	11 794	33,00	35,32
Itajaí	86 460	78 779	119 631	114 555	3,46	17 489	10 057	27,00	15,71
Joinville	235 812	222 273	347 151	334 674	3,79	65 734	39 969	35,50	36,87
Lages	155 293	123 616	151 235	138 575	1,04	13 426	7 743	17,00	30,58
São José	87 817	79 200	139 493	128 375	4,49	37 074	18 669	55,00	14,72
<b>Total Santa Catarina</b>	<b>833 244</b>	<b>746 201</b>	<b>1 115 855</b>	<b>1 034 729</b>	<b>3,02</b>	<b>191 765</b>	<b>109 362</b>	<b>23,01</b>	<b>29,09</b>
Caxias do Sul	220 566	200 354	290 925	264 775	2,57	39 017	23 579	23,00	34,95
Passo Fundo	121 156	105 468	147 318	137 288	2,43	24 674	13 570	27,00	28,14
Pelotas/Rio Grande	406 065	341 896	488 486	434 965	2,21	43 526	23 621	17,00	23,38
St. Maria	181 579	154 565	217 592	196 342	2,20	32 125	17 218	25,00	17,44
Uruguaina	91 497	81 281	117 456	105 822	2,43	13 132	7 617	20,00	17,72
<b>Total Rio Grande do Sul</b>	<b>1 020 863</b>	<b>883 564</b>	<b>1 261 777</b>	<b>1 139 192</b>	<b>2,34</b>	<b>152 474</b>	<b>85 605</b>	<b>14,94</b>	<b>24,97</b>
<b>Total para cidades médias</b>	<b>2969071</b>	<b>2 545 319</b>	<b>3 784 755</b>	<b>3 476 708</b>	<b>2,88</b>	<b>632 075</b>	<b>367 666</b>	<b>21,29</b>	<b>24,68</b>
Região Metropolitana de Curitiba	1440626	1 440 626	1 998 807	1 998 807	3,02	292 423	178 048	24,00	26,90
Região Metropolitana de Porto Alegre	2288220	2 288 220	3 033 401	3 033 401	2,60	353 086	190 551	18,00	32,10
<b>Total para RMs</b>	<b>3728846</b>	<b>3 728 846</b>	<b>5 032 208</b>	<b>5 032 208</b>	<b>2,76</b>	<b>645 509</b>	<b>368 599</b>	<b>17,31</b>	<b>29,72</b>

ANEXO ESTATÍSTICO (CONTINUAÇÃO)

Município	Imigrante do período 1981/91		Imigrante Recente (1986/91)							
	Imigrante Intra- estadual/imi- grante-Total (%)	Imigrante Intra- regional/imi- grante-Total (%)	Tx. de ocupação (%)	Posse de carteira de trabalho assinada (%)	Imigrantes com renda até 2 S.M.	Imigrantes com renda de 2 a 5 S.M.	Imigrantes com renda de 5 a 10 S.M.	Imigrantes com renda maior que 10 S.M.	IDH-M 1980	IDH-M 1991
Cascavel	73,16	83,20	96,63	65,87	62,44	22,50	9,04	6,02	0,702	0,772
Foz do Iguaçu	56,64	67,42	94,70	59,32	53,65	30,01	9,91	6,44	0,721	0,767
Guarapuava	82,35	91,06	96,49	70,93	68,76	18,73	8,53	3,98	0,673	0,701
Londrina	63,76	66,11	96,74	70,04	57,16	24,76	10,95	7,13	0,729	0,792
Maringá	71,02	72,78	97,22	68,74	58,09	25,85	10,67	5,39	0,744	0,794
Ponta Grossa	81,02	87,52	95,97	75,50	59,98	21,55	11,19	7,28	0,722	0,766
<b>Total do Paraná</b>	<b>67,32</b>	<b>74,56</b>	<b>96,40</b>	<b>67,70</b>	<b>58,74</b>	<b>24,83</b>	<b>10,23</b>	<b>6,20</b>	<b>0,717</b>	<b>0,772</b>
Blumenau	71,05	90,09	94,32	86,13	42,34	41,07	9,53	7,06	0,797	0,822
Criciúma	73,82	93,09	95,15	74,69	50,82	33,17	9,67	6,34	0,729	0,790
Itajaí	62,40	84,37	94,99	75,14	47,55	34,77	9,33	8,35	0,736	0,792
Joinville	47,61	88,46	92,75	86,56	45,29	40,00	9,56	5,14	0,760	0,808
Lages	66,21	89,13	94,84	63,78	56,23	23,04	13,08	7,66	0,687	0,743
São José	81,46	91,95	96,08	68,53	41,25	38,63	14,68	5,43	0,748	0,819
<b>Total Santa Catarina</b>	<b>64,69</b>	<b>89,66</b>	<b>94,23</b>	<b>79,94</b>	<b>45,43</b>	<b>37,75</b>	<b>10,65</b>	<b>6,16</b>	<b>0,746</b>	<b>0,799</b>
Caxias do Sul	75,88	93,90	97,28	85,64	47,87	37,92	9,38	4,83	0,759	0,807
Passo Fundo	81,26	91,83	95,70	69,76	59,98	22,71	11,10	6,21	0,739	0,790
Pelotas/Rio Grande	87,71	90,19	95,20	66,26	55,07	26,45	11,66	6,82	0,736	0,782
St. Maria	84,19	88,85	97,21	56,67	47,92	26,06	16,83	9,20	0,779	0,811
Uruguaina	82,23	86,02	97,64	67,74	54,84	25,63	13,72	5,81	0,737	0,770
<b>Total Rio Grande do Sul</b>	<b>83,16</b>	<b>90,76</b>	<b>96,51</b>	<b>71,71</b>	<b>52,26</b>	<b>29,29</b>	<b>12,00</b>	<b>6,45</b>	<b>0,749</b>	<b>0,793</b>
<b>Total para cidades médias</b>	<b>67,91</b>	<b>83,05</b>	<b>95,75</b>	<b>72,56</b>	<b>53,14</b>	<b>29,83</b>	<b>10,78</b>	<b>6,25</b>	<b>0,736</b>	<b>0,787</b>
Região Metropolitana de Curitiba	62,36	75,72	94,65	76,87	52,47	31,33	9,58	6,62		0,800
Região Metropolitana de Porto Alegre	79,75	90,25	96,08	80,42	60,12	26,56	8,29	5,03		0,810
<b>Total para RMs</b>	<b>70,11</b>	<b>82,21</b>	<b>95,41</b>	<b>78,81</b>	<b>56,61</b>	<b>28,75</b>	<b>8,88</b>	<b>5,76</b>		<b>0,806</b>

FONTES: IBGE, CENSOS DEMOGRÁFICOS: 1980 E 1991 E IDH-M CALCULADO PELO CONVÊNIO PNUD/ IPEA/FJP/IBGE.